

Governo tem projeto para o novo mínimo

BRASÍLIA — O governo vai encaminhar ao Congresso, provavelmente ainda esta semana, um projeto de lei que estabelece as novas bases para a fixação do salário mínimo. Pelo projeto, o mínimo será aumentado em termos reais para que chegue à importância equivalente a 100 dólares (Czs 61.200,00) até o final do governo Sarney, em março de 1990. A informação foi dada ontem por uma fonte do Palácio do Planalto.

A mesma fonte garantiu que o governo está disposto a negociar a sua proposta, mas não concorda, em nenhuma hipótese, com a que foi aprovada na Comissão Mista do Salário Mínimo, a qual prevê a duplicação imediata do salário, com aumentos reais de 10% ao mês.

De acordo com cálculos do Ministério da Fazenda, a adoção da proposta aprovada na Comissão, de autoria do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), multiplicaria por cinco o valor do mínimo e dobraria a massa salarial (a soma total dos valores pagos a título de salários no País). O mesmo estudo mostra que o peso dos salários no custo das empresas passaria de 36% para 70%.

Os governos federal, estaduais e municipais seriam os principais atingidos pela duplicação do valor do salário mínimo, pois, segundo os estudos do Ministério da Fazenda, são os maiores empregadores nessa faixa salarial. Também o anteprojeto de lei do senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), já aprovado no Senado, tem, segundo fontes do governo, o inconveniente de indexar o salário às Obrigações do Tesouro Nacional.

Mesmo com a decisão do governo de enviar sua proposta ao Congresso, o relator do projeto de salário mínimo para 1989, deputado Christóvam Chiaradia (PFL-MG) informou, ontem, que vai apresentar hoje ao plenário seu parecer final, com base na seguinte fórmula: em janeiro, um aumento de impacto; nos meses subsequentes, percentuais superiores à URP, "para recompor o valor real do mínimo".